

TERRITÓRIO FEDERAL DO IGUAÇU

Autora: Professora especialista Elizete Lírio Biesek

Orientador: Professor Doutor Edgar A.Gandra

Resumo

Esse artigo pretende analisar a criação e estruturação do Território Federal do Iguaçu que foi estabelecido oficialmente em 13 de setembro em 1943, no período histórico conhecido como Estado Novo. E, também, as transformações ocorridas no Oeste e Sudoeste do Paraná e a região Oeste de Santa Catarina. Apontar mudanças econômicas, sociais e culturais na atual cidade de Laranjeiras do Sul, que foi elevada à categoria de capital do Território em apreço. Através de entrevistas, observar a vivência de moradores do pequeno povoado frente às mudanças rápidas em setores como saúde, educação, viação e obras durante o período de vigência do Território Federal do Iguaçu. Busca-se perceber o sentimento de frustração quando foi extinto o Território do Iguaçu e determinado o retorno da respectiva área aos estados de onde havia sido desmembrado.

Summary

This article pretend to analyze the creation and structure of the Federal Territory of Iguaçu which was officially established on September 13 of 1943, in the historical period known as Estado Novo. And, also, the transformations that occurred in the west and southwest of the of Parana and the west region of Santa Catarina. Point changes on economics, social and cultural in the current southern city of Laranjeiras do Sul, who was elevated to the category of capital of the territory in question. Through interviews, observing the experience of residents of the small settlement in front the rapid changes in sectors as health, education and road and work during the period of legality of the Federal Territory of Iguaçu. Try to understand the feeling of frustration whe was extint the Territory of Iguaçu and determined to return the respective area to the states from which had been dismembered.

Palavras-chave: Território Federal do Iguaçu. Laranjeiras do Sul. Oeste do Paraná. História e Ensino.

INTRODUÇÃO

Uma das questões básicas que perpassam a atividade docente é a necessidade permanente de releitura e resignificação dos conteúdos propostos para o trabalho em sala de aula. Frente a isso, um dos campos fecundos para a prática de um ensino crítico é aproximar as perspectivas da revitalizada História Política com o campo da História Regional. Devido a essa questão propõe-se o trabalho com a temática da estruturação do Território Federal do Iguaçu.

Segundo Cerri,¹a História Tradicional além de priorizar os fatos, valoriza a periodização e se restringe a documentos escritos. É uma história de classe e que interessa apenas ao grupo dominante.

Atualmente os conteúdos são identificados no processo histórico e fundamentados na investigação da história política, econômico-social e cultural.

A nova diretriz curricular propõe que os conteúdos da disciplina de História sejam trabalhados através de temas, já que não é possível representar o passado de forma integral devido sua complexidade. Ao estudar a história regional há de se priorizar temas de ordem cultural e de poder, procurando analisar as relações humanas e os interesses políticos que envolveram o processo de criação do Território do Iguaçu.

A discussão sobre o ensino de história e suas características regionais é uma análise importante para a prática do historiador, pois o aproxima da realidade que o cerca para depois estabelecer relações mais abrangentes.

A temática em apreço está relacionada à História do Paraná, pois aborda a Criação do Território Federal do Iguaçu que foi instituído na região Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina e o município de Laranjeiras do Sul, que foi capital desse território. A micro história muitas vezes esquecida, está relacionada à história da formação e povoamento dessa região, estando diretamente vinculada a questões sociais e culturais desse povo.

O objetivo dessa pesquisa é reconstruir parte da História de uma região, levando o educando a compreender a importância de atitudes de seus antepassados para formação e povoamento desse território, bem como incentivar a pesquisa bibliográfica e oral, buscando

¹ CERRI, Luis Fernando. Revista de História Regional. Vol.1 – Inverno 1996, Regionalismo e Ensino de História.

a formação integral do aluno, não apenas como mero expectador, mas sim, como construtor do próprio conhecimento.

Para a concretização desse trabalho, fez-se necessário a utilização de bibliografias de autores laranjeirenses como o Senhor João Olivir de Camargo que ressalta em seu livro Raízes de Nossa Terra, a deficiência e o descaso em que o governo do Paraná havia deixado a população do Oeste do Estado e a pressão de riograndenses, aliados do Presidente Vargas, para nacionalizar as terras do Oeste, pois conheciam seu potencial e suas riquezas naturais. O professor Arno Bento Mussoi, professor de geografia e especialista em Políticas Públicas do Território Federal do Iguaçu, que faz uma análise sobre a estruturação e mudanças ocorridas na região por instituição do Território Federal do Iguaçu.

Além de escritores como Sergio Lopes com seu livro O Território do Iguaçu no contexto da Marcha para o Oeste, no qual aborda entre outros assuntos, as disputas territoriais entre Brasil e Argentina por regiões de fronteira, ocorridas anteriormente como a Questão de Palmas e fortes indícios de que ocorreria novamente no Oeste paranaense e catarinense, disputas por terras. As escritoras Marileia Dias Flores e Lucinéia Cunha Steca, em seu livro História do Paraná, que mencionam a criação do Território Federal do Iguaçu num contexto de conflitos políticos e a criação da capital, Iguaçu, atual cidade de Laranjeiras do Sul.

Para a rememoração da história e reconstrução oral muito contribuiu a Senhora Rita Geni de Paula Sathler, moradora de Laranjeiras do Sul quando foi instituído a capital do Território Federal do Iguaçu e Cleusa Stefanés, filha do tenente Eugenio Martins, que veio junto com a comitiva do primeiro governador, o Coronel Garcez.

DESENVOLVIMENTO

Nesse momento abordar-se-á uma visão panorâmica de alguns aspectos da estruturação dos diferenciados níveis do Território Federal do Iguaçu.

Devido às proporções continentais do território brasileiro, na década de 1940 do século XX, ainda havia imensos “vazios” demográficos ao longo das fronteiras, fato que incomodava o governo de cunho extremamente nacionalista de Getúlio Vargas. Essa preocupação agrava-se ainda pelo clima de guerra - Segunda Grande Guerra – e desmembramento de territórios a nível mundial, advento que estimulava ainda mais uma ação/intervenção governamental na perspectiva de ocupação efetiva dos territórios de fronteira. Nesse cenário, o governo ditatorial de Vargas estruturou projetos de criação de novos territórios. De acordo com a Constituição de 1934 era de responsabilidade do Governo Federal a organização e administração dos territórios, e como a Constituição não previa a possibilidade de guerra de conquista, novos territórios só poderiam ser criados com o desmembramento de áreas dos Estados da Federação. Como havia regiões de fronteira tanto no Norte quanto no Sul que não se desenvolviam dentro dos padrões estabelecidos pelo governo e os Estados dos quais faziam parte não mostravam interesse em investir nessa ocupação, formulou-se a necessidade de uma administração direta do Governo da União. Portanto, a nação poderia criar Territórios Federais sem que para isso fosse necessário ampliar a área geográfica do País. Segundo Mayer:

"A criação do território federal, no interesse da defesa nacional, está em correspondência com a necessidade de atender a situações relacionadas com a defesa externa, promover o desenvolvimento econômico e a integração do todo nacional, bem como em socorrer as graves deficiências econômicas e sociais das chamadas áreas problemáticas sujeitas a certa vulnerabilidade do ponto de vista da segurança interna ou externa..." (LOPES, 2002. P. 26).

Dessa forma, como o Governo Federal estava fortalecido, não havia grandes impedimentos burocráticos e jurídicos que o impedissem, pois afinal as características do período eram de centralização, intervencionismo e o nacionalismo, o que já ocorria em países europeus com o Nazi-facismo. Pode-se perceber a preocupação de Vargas com questões relativas ao povoamento e ocupação de espaços vazios e fronteiras. É nesse contexto, que o presidente incentiva a "Marcha para o Oeste", argumentando que qualquer brasileiro seria capaz de se sacrificar em defesa de seu território. Além da preocupação com as fronteiras, a "Marcha para o Oeste" solucionaria o problema de pressão sobre as colônias no Rio Grande do Sul, zona entendida como de apoio a Vargas. De acordo com Gregory,

"No período Vargas, as ações oficiais do governo, baseadas no nacionalismo e assentadas sobre um Estado fortalecido e centralizador, objetivavam buscar a integração. No que tange à ocupação do território, foi promovida uma ação administrativa agressiva através do programa "Marcha para o Oeste". Em regiões de fronteiras nacionais, como era o caso do Sudoeste e do Oeste Paranaense, onde a população e a economia possuíam laços estreitos com argentinos e paraguaios, a situação do poder público buscava evidenciar e explicitar os sentimentos nacionalistas. Até impô-los, quando necessário." (LOPES, 2002. p 45).

Como a região fronteira era praticamente habitada por estrangeiros, muitos trabalhadores argentinos e paraguaios que por ocasião da extração de erva-mate e madeira, prestavam serviços às empresas estrangeiras para o contrabando no Oeste paranaense, residiam no local.

O professor Arno Bento Mussoi, pós-graduado em Políticas Públicas e pesquisador sobre o Território Federal do Iguaçu, afirma em entrevista, que pelo levantamento populacional realizado na segunda metade do século XIX, foi constatada a presença de 212 paraguaios, 95 argentinos, nove brasileiros, cinco franceses, dois espanhóis e um inglês e que a língua falada na região era o "castelhano", e a moeda era o peso argentino. Portanto, se a região fosse contestada por quaisquer dos dois países vizinhos, poderíamos perder parte do território brasileiro.

Na História brasileira houve vários projetos e tentativas de fazer a redivisão territorial do Brasil, mas somente a partir de 1930, período de um governo forte, começaram a serem divulgados, e um dos argumentos era de que não deveria ter Estados com área geográfica muito grande, exercendo influência política e econômica sobre os demais. Nesse período se acentuaram as discussões sobre a necessidade de re-divisão territorial do país e o desenvolvimento do projeto nacionalista.

O Senhor Adilar Antonio Cigolini, geógrafo da Sema e professor do Departamento de Geografia da UFPR, afirma em seu artigo - A geopolítica e a Criação do Território Federal do Iguaçu – no jornal Gazeta do Povo, que para entender o Brasil é necessário que antes se faça uma análise de sua formação territorial, assim também é necessário

para compreender a criação do Território Federal do Iguaçu, no Paraná e Santa Catarina. Para o geógrafo não há dúvida de que a criação desse território é resultado de uma concepção geopolítica presente no Estado Novo, que priorizava a centralização do poder.

“O Estado Novo tinha um caráter altamente centralizador em todos os aspectos, sobretudo no que dizia respeito à questão do poder. Esse deveria estar nas mãos da União, não dos estados, pois só a União poderia promover a integração nacional e realizar as reformas propostas pelo governo Vargas.” (Cigolini, Adilar Antonio, Gazeta do Povo, pág.2, Curitiba, 24/11/2003).

Afirma ainda que sob a influência das idéias do alemão Ratzel, Everaldo Beckhauser, faz um estudo a respeito das fronteiras no Brasil. Utilizando como referência as idéias de Beckhauser, o governo Vargas promoveu uma política de fortalecimento das regiões de fronteiras e aumenta para 150 quilômetros a faixa de fronteira que deveria estar sob proteção do governo federal. Algumas áreas consideradas em perigo com relação aos países vizinhos foram escolhidas, nas quais são criados os territórios federais do Amapá, Roraima, Rondônia, Fernão de Noronha, Ponta Porã e Iguaçu, esse último retirando parte expressiva do Território paranaense.

O Território Federal do Iguaçu foi criado no dia 13 de setembro em 1943, no período histórico conhecido como Estado Novo, sendo essa abrangência, o Oeste e Sudoeste do Paraná e a região Oeste de Santa Catarina, correspondendo a 65.854 quilômetros quadrados, sendo 51.452 quilômetros quadrados oriundo do Estado do Paraná e 14.402 quilômetros quadrados provenientes de Santa Catarina.

Ainda no período imperial, final do século XIX, houve a primeira grande disputa por terras na região onde mais tarde seria parte do território do Iguaçu, entre o Brasil e a Argentina. "A Questão de Palmas". Nesse período o Brasil disputa território catarinense com a Argentina. Uma expedição brasileira à região constatou o fato e buscou-se a solução para a "Questão de Palmas". Às vésperas da Proclamação da República a Argentina propôs a divisão do território em litígio entre ambos, mas o Brasil não aceitou e foi submetido o problema ao arbitramento internacional. O árbitro escolhido foi o presidente norte americano Grover S. Cleveland. O principal argumento usado por Barão

do Rio Branco que mais influenciou na decisão norte-americana foi o “uti possidetis”, que quem de fato usa tem por direito a posse. Segundo Wachowicz, pelo censo de 1890, dos 5793 habitantes, apenas 30 eram estrangeiros, os demais eram brasileiros e não havia sequer um argentino. Outro argumento baseava-se em uma cópia do Tratado de Madri, assinado por portugueses e espanhóis. A cópia autêntica do mapa mostra que os rios Peperi-guaçu e Santo Antonio, região contestada pela Argentina, localizam-se mais próximos da colocação brasileira que da Argentina, portanto, as terras do Oeste de Santa Catarina pertenciam ao Brasil. A Questão de Palmas foi resolvida definitivamente em seis de fevereiro de 1895. Segundo Wchovicz, a Questão de Palmas foi apenas um blefe argentino, pois estavam realmente interessados na região de misiones, como sabiam que as terras da região de Palmas realmente pertenciam ao Brasil, resolveram desviar a atenção. Enquanto o Brasil se ocupou em manter Palmas, eles conseguiram misiones, cuja divisão natural dos rios daria o direito sobre essas terras ao Brasil ou ao Paraguai. Esse dado é importante para caracterizar as disputas de fronteiras na região, o que demonstra que as preocupações governamentais não eram sem fundamentação.

Quando ocorreu a Guerra do Paraguai, as disputas entre Brasil e Argentina se arrefeceram, pois eram aliados contra o Paraguai, o Brasil não precisava se preocupar com áreas próximas a fronteira Argentina. Terminado a Guerra, recomeçaram os problemas na fronteira.

Boatos de que a Argentina estava preparando uma possível invasão armada, apressou a criação das Colônias Militares de Chopim e Chapecó em 1882, idéia que havia sido cogitada anteriormente.

(Ibid) Segundo José Augusto Colodel (Obrages & Companhias Colonizadoras, Santa Helena na História do Oeste paranaense), “os militares entendiam que a região tinha valor estratégico muito grande e não podia ficar desguarnecida. Deveria ser criada a funcionar como um bastião da defesa nacional nessas fronteiras”, abrigando também um núcleo urbano, ponto inicial da colonização e povoamento da região. (MUSSOI, Políticas Públicas do Território Federal do Iguaçu, p 14).

O ministro da Guerra, Tomás José Coelho de Almeida, providencia a instalação

definitiva da colônia militar de Foz do Iguaçu em 1888, quando cria uma Comissão Estratégica para resolver os problemas. A Comissão foi chefiada pelo capitão Belarmino de Mendonça Lobo e fixa-se em Guarapuava, começando então a abertura de estrada no Oeste paranaense, cuja “missão” foi entregue ao Segundo Tenente José Joaquim Firmino, que deveria abrir um picada de Guarapuava a Foz do Iguaçu. Segundo Colodel, “a abertura dessa estrada foi difícil e demorada. Enfrentaram tempestades, animais selvagens, cobras e mosquitos” durante os sete meses de sua construção. Muitas vezes faltou alimento, pois a provisão não chegava e tinham de alimentar-se apenas da caça e frutos silvestres.

Durante o processo de construção dessa estrada puderam constatar vestígios de estrangeiros no Oeste do Paraná. Parte da região apresentava picadas abertas por ervateiros paraguaios, por onde contrabandeavam erva-mate e madeira, levando para comerciantes argentinos através do rio Paraná. As autoridades brasileiras não tinham até aquele momento nenhum conhecimento desse fato.

O Tenente Firmino envia relatórios ao ministro da guerra sobre o que acontecia na fronteira com a Argentina e Paraguai, este dá início à fundação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu. Essa nova expedição tinha por objetivo desfazer acampamentos paraguaios em terras brasileiras, transformar o espaço em áreas agrícolas e de criação de rebanhos, bem como a defesa do território brasileiro. O policiamento da região não perdurou, pois era quase impossível devido ao tamanho da área. Argentinos e paraguaios se aventuravam na mata, dificultando a fiscalização. Segundo Wachovicz.

“Enquanto os brasileiros estudavam os planos de defesa da região, os argentinos iniciaram um processo de penetração pelo rio Uruguai, a fim de extrair a erva-mate, abundante na mesma. Como este território estava semi-abandonado pelo Brasil, à falta de autoridades era notória. Passou então a ser povoado não só por caboclos brasileiros, como também por criminosos argentinos e brasileiros que se refugiavam na região. Escravos fugidos do Rio Grande do Sul e Paraná aumentavam a população.” (wachovicz, História do Paraná, p 183).

Durante muitos anos a comunicação com a região Oeste do Paraná com o restante do Brasil era quase impossível, voltando a acontecer no início do século XX,

quando inauguram o terminal da linha telegráfica. Outro aspecto que reforçava a necessidade de proteção das fronteiras.

Algumas décadas depois, Getúlio Vargas nomeou como interventor do Paraná, o General Mário Tourinho, que tinha como objetivo redefinir as fronteiras e fortalecer politicamente o Estado do Paraná.

“Através do decreto número 300”, fazia retornar ao domínio do Estado, gigantescas glebas de terras que se estendiam no sudoeste até a divisão com Santa Catarina e que pertenciam à Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco) subsidiária da São Paulo - Rio Grande, que por sua vez era controlada pela Brazil Railway Co. (Wachovicz, 1985.p. 141).

No mesmo período, em Foz do Iguaçu houve um plano para estimular o turismo. Foi proposto fazer um empréstimo para construção de infra-estrutura e da nova cidade localizada na fronteira com a Argentina. O jornalista Zeno Silva, propõe criar uma faixa de terra sob os cuidados do Governo Federal com forças do exército, construindo estradas que daria acesso ao restante do país. Mário Tourinho se mostra contrário ao plano e é demitido por Getúlio Vargas.

Em 13 de setembro de 1943, pelo decreto-lei 5.812, o governo federal criou o Território Federal do Iguaçu, estabelecendo seus limites territoriais, mas não definiu a capital. Somente em 21 de setembro do mesmo ano com o decreto-lei 5.839, a capital do Território do Iguaçu foi instituída e seria a cidade com o nome Iguaçu. Foz do Iguaçu acreditou ser a capital, mas como ficava na região de fronteira, foi escolhido outra cidade, que segundo depoimentos "ficava mais próximo da civilização". Foi escolhida como capital a vila Xagu que não fazia parte do Território e foi então anexada, com o nome de Iguaçu, sendo definido, portanto, novos limites. Mais tarde passou a se denominar Laranjeiras do Sul.

Por ocasião da instituição do Território Federal do Iguaçu, a região era habitada por indivíduos que viviam, em sua maioria em condições precárias, como descreve em seu livro, o senhor João Olivir, morador de Laranjeiras do Sul:

Segundo depoimento de moradores de uma colônia militar na cidade de Foz do Iguaçu e região, "as casas eram feitas de madeira tosca, cobertas de tabuinhas e se dividiam em sala e dois dormitórios, cujas camas eram tarimbas pregadas na parede. A cozinha era separada da casa. O fogão era feito de barro com uma trempe onde se colocavam as panelas para fazer o cozimento. O chão era de terra molhada com água e cinza, para que não houvesse pó". (CAMARGO, João Olivir).

Não havia energia elétrica e o banho era tomado nos rios, como não havia estradas pavimentadas, o comércio ainda incipiente, ocorria esporadicamente e quando chegavam os vendedores era uma festa, pois traziam novidades da capital. Essa precariedade reforça a necessidade da presença do Estado na Região. Os caboclos que habitavam a região eram pessoas modestas, quase sem instrução escolar. Segundo D. Rita Geni de Paula Sathler, moradora de Laranjeiras do Sul desde seu nascimento em entrevista, era uma vila simples, pequena e os moradores eram em sua maioria criadores de porcos, a agricultura quase não havia. Tudo vinha de fora, inclusive alimentação.

"O Sertanejo era chamado de Caboclo. Se dizia isso de pessoa que tivesse se "criado no sertão" e tivesse costumes sertanejos, mas também a pele mais ou menos escura. Não podia ter pele clara. Não tinha, entretanto, de ser descendente de índios, esses caboclos eram pobres e viviam em ranchos feitos de pequenos troncos." (Wachowcz, 1987, p 88).

Aos poucos o comércio se intensifica na região, mas ainda era usado lombo de cavalo ou burro para o transporte de mercadorias. Em 1940 já havia uma estrada de terra por onde circulavam caminhões e com o incentivo para a ocupação do Oeste, muitas famílias vieram do Rio grande do Sul e se estabeleceram na região, principalmente poloneses e italianos. Com a chegada de descendentes de imigrantes europeus a religião, costumes e festas vão se modificando, ocorrendo contribuição cultural em muitos aspectos. Segundo D. Cleusa Stefanos, filha do Tenente Eugenio Martins, pessoa de confiança do primeiro governador, o Coronel Garcez do Nascimento que chegou juntamente com a comitiva para implementar o Território, o Sr. Jacó Roth, sobrinho do Padre Erondi, trazia mantimentos de carroção, e ia de Ponta Grossa à Foz

do Iguaçu. Havia algumas casas de comércio como a de Nicolau Pesch, Theodoro Pesch e dos Gomes de acordo com D. Cleusa.

A partir do momento que o Território Federal do Iguaçu foi criado fez-se necessário estruturá-lo administrativamente. O primeiro Governador, o coronel Garcez do Nascimento, submeteu para aprovação um anteprojeto de Divisão Administrativa e Judiciária do Território ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, conforme prevê o artigo 17 Decreto-Lei 5839 de 21 de setembro de 1943. Como não foi aprovado até junho de 1945, o governador encaminha novo anteprojeto propondo alterações quanto à criação da Comarca, distritos e divisas intermunicipais. De acordo com ofício número 241/45 de junho de 1945, assinado por João Garcez do Nascimento (LOPES, p.46).

O novo Governador, Major Frederico Trotta, encaminha outro ofício ao ministério da justiça em fevereiro de 1946, como não conhecia o primeiro, solicita que este retorne para que possa dar seu parecer antes que se torne lei. (LOPES, p.146)

Em maio de 1946, o Governador Trotta reencaminha o ofício com as alterações previstas por ele e com a participação do Juiz de Direito e o promotor de Iguaçu, Diretor da Divisão de produção e os prefeitos dos municípios. Estava prevista a divisão do município de Chapecó em dois, pois Segundo o governador, era muito extenso e difícil administrá-lo, assim como facilitar o contato com agricultores e reprimir o contrabando na região. Cogitava-se também a mudança do nome da capital, pois Iguaçu era confundida com Foz do Iguaçu e algumas vezes, correspondências iam para o endereço errado, causando problemas administrativos.

O Território Federal do Iguaçu foi extinto em 18 de setembro de 1946 quando o Projeto se encontrava em fase de estudos técnicos. Segundo Lopes.

“O Território Federal do Iguaçu foi extinto antes mesmo de houvesse tido tempo para a devida implementação do conjunto de ações planejadas inicialmente”. (LOPES, p.148).

Conforme relatório do próprio governador, assim que foi comunicado que assumiria o governo do Território Federal do Iguaçu, procurou saber de suas atribuições,

mas nenhum órgão no Rio de Janeiro tinha como esclarecer satisfatoriamente. Descobriu então uma proposta orçamentária para 1945, a qual contemplava um quadro de funcionários cujos rendimentos eram precários. Assumiu o Território e procurou sanar os problemas concentrando-se, principalmente em saúde e educação da população de todo território. Pediu então ao Presidente Vargas que assinasse o Decreto-Lei número 9005, publicado no Diário Oficial, criando o quadro de funcionários, cujos salários fossem convidativos para professores, médicos, engenheiros e etc.

(Ibid) “O critério na fixação de vencimentos dos funcionários deve ser tomado num plano superior. O Estado precisa de serventuários hábeis, capazes, trabalhadores selecionados. Os vencimentos são fixos, não oferecendo margem à esperança de melhor ganho com maior esforço de serviço. Daí a necessidade de se acenar com proventos compensadores a fim de que haja uma seleção mais apurada, com maior rendimento em bem do serviço público e, por isso mesmo, do povo que é o verdadeiro soberano”. (Relatório Trotta, p.7).

Trotta deixa o Rio de Janeiro e chega a Iguaçu com apenas alguns auxiliares como: o chefe do gabinete, dois oficiais, o Diretor de Segurança e o Consultor Jurídico. Segundo Trotta, não havia conseguido o Secretário Geral, pois a notícia no Rio era de que não havia conforto e o custo de vida era altíssimo em Iguaçu. Nomeou então o Diretor de Divisão, Jorge Silva e Souza, como Secretário Geral interino. Trotta não dispensou nenhum funcionário da administração anterior, inclusive os de confiança. Alguns deixaram o cargo alegando problemas particulares.

O governador procurou conseguir funcionários junto aos governos do Paraná e Santa Catarina e conseguiu a indicação de vinte professores primários diplomados e 30 policiais. Organizou a área da educação colocando no cargo de diretor, antes ocupado por um professor primário, a senhora Laudímia Trotta – Técnica de Educação da Prefeitura do Distrito Federal - esposa do governador, que já havia prestado serviços também em Curitiba.

A maior dificuldade da Administração do Território Federal do Iguaçu, era sem dúvida a falta de pessoal habilitado, talvez isso explique o nepotismo.

(Ibid) Na realidade só havia um datilógrafo e nenhum contador. Os vencimentos, embora tenha alguém pouco avisado e desconhecedor das condições especiais daquela região (...) declarado na câmara federal serem elevados, não podiam satisfazer a um mínimo de necessidades, porque o custo das utilidades era elevadíssimo. É preciso ter coragem cívica para um cidadão com família sair de uma cidade cheia de recursos como Curitiba ou Rio, onde se pode ganhar a vida com relativa facilidade e aventurar-se em pleno sertão onde a paga é menor ou igual à que tinha naquelas cidades. (MUSSOI, p.78)

Quanto às precariedades pelas quais passaram para que o projeto “Marcha para o Oeste” do presidente Vargas se concretizasse o governador Trotta afirma:

(Ibid) Rumo a Oeste é uma frase magnífica e só compreensível para aqueles que de fato rumaram para o Oeste – mas necessário se torna que no lado ocidental de nosso país, desprovido de conforto e facilidades da orla marítima - seja colocado algo compensador – material ou moral.

A epopéia dos bandeirantes só foi possível porque havia a acenar-lhes, no ocidente, possibilidades de riquezas. (MUSSOI, p.78).

EDUCAÇÃO

Na região Oeste do Paraná por ocasião da instituição do Território Federal do Iguazu, constatou-se que dos cinco municípios que faziam parte do Território, apenas dois possuíam algum controle sobre o número de professores, funcionários, alunos matriculados e Estabelecimentos de Ensino existentes. As poucas escolas funcionavam praticamente sem recursos, não havia livros, material de expediente e o salário dos professores eram baixíssimos. A maior parte dos professores não tinha formação acadêmica o que contribuía para a péssima formação dos alunos.

Assumi a Divisão de Educação do Território, a esposa do Governador, Laudímia Trotta, que já prestara serviços à educação do país. Laudímia procurou se inteirar da real situação educacional na região, percorrendo todo o Território e visitando cada grupo

escolar, para então organizar um plano de ação. De acordo com relatório feito pela professora Laudímia:

(Ibid.) "Senti, como professora e brasileira, uma grande tristeza, verificando o desamparo em que se encontrava grande número de crianças e professores patrícios. Crianças lindas, quase todas louras, mal vestidas, muitas sem os indispensáveis cuidados de higiene, acomodadas em escolas casebres, sentadas em taboas ou bancos toscos sem encosto e ávidas de aprenderem a ler e escrever". (MUSSOI, p.107, 2004).

Procurando melhorar o Ensino na Região e a situação dos professores, o governo Frederico Trotta melhorou o salário dos mesmos e investiu na preparação dos profissionais. Para isso, foi criado na capital do Território Federal do Iguaçu e demais municípios, a Escola Normal Regional, Cursos Supletivos e Grupos Escolares, ficando assim distribuídos, conforme descreve o professor Arno Bento Mussoi, pesquisador e pós-graduado em Administração Pública, do Município de Laranjeiras do Sul:

"No ano de 1946 havia no Território 202 escolas sendo 114 territoriais e 88 municipais. As escolas territoriais estavam divididas em Curso Normal Regional (1); Curso Supletivo (3); Grupos Escolares (14); Escolas Reunidas (9); e Escolas isoladas (78). As 88 escolas municipais estavam assim distribuídas entre os municípios: Iguaçu (capital) - 11; Mangueirinha - 9; Clevelândia - 15; Foz do Iguaçu - 4; e Chapecó - 49." (MUSSOI, P.108, 2004).

No aspecto da educação houve avanços significativos que se duradouros poderiam ter dado ótimo perspectiva de desenvolvimento para a região.

Durante os seis meses do governo Frederico Trotta, foram construídos quatro prédios para grupos escolares nos municípios de Chapecó, Xanxerê e Mangueirinha, além de consertos e ampliações nos demais prédios escolares. Também foi providenciado mobiliário escolar, pois algumas escolas isoladas não possuíam quadros negros ou armários, e doze bibliotecas nos diversos municípios do Território.

Além do preparo dos professores, a Divisão de Educação se preocupou com a formação dos alunos. Passaram a fazer avaliações periódicas com aplicação de provas

e correção com a ajuda de normalista da 4ª. série, sob a supervisão da diretora que verificava e criticava os resultados, buscando qualidade no ensino.

Pelo Decreto-Lei no. 8530 de 02 de janeiro de 1946, o governo Federal estabelecia que as regras para o funcionamento do Ensino Normal deveriam ser "uniforme em todo o país" (TERRITÓRIO, Federal do Iguaçu, Decreto número dois, de 21 de abril de 1946). O curso Normal Regional na capital do Território Federal do Iguaçu funcionou em regime de internato, devido a grande distância e a dificuldade de deslocamento de muitos alunos.

O Ensino Normal apresentou bons resultados, segundo a análise das fontes, pois, não houve desistência e os alunos foram aprovados com êxito após fazerem os exames finais e provas orais, perante uma banca examinadora, composta pelo governador do Território e demais autoridades no âmbito da educação.

Com o fim do Território, diminuiu o incentivo financeiro tanto para a Divisão de Educação quanto para todos os outros órgãos que compunham o Território.

SAÚDE

Quanto à saúde pública na região que abrangia todo território de Iguaçu, era extremamente deficitária. Não havia saneamento básico, água tratada, esgotos. Segundo relatório do Diretor de saúde, Dr. Pedro Machado Lomba ao governador do território, major Frederico Trotta, em 18/12 de 1946, a malária era endêmica principalmente na região norte do Território Iguaçu e ocorriam surtos de tifo, varicela e outras doenças, além da disenteria e carência alimentar. Havia apenas dois sub-postos de saúde e o primeiro governador do Território mantinha quatro médicos em apenas quatro postos de saúde em toda a região.

“Para iniciar o trabalho no governo Trotta, foram construídos “cinco distritos sanitários, com os mesmos limites dos cinco municípios que formava o Território”, (relatório Trotta), sendo que quatro na área desmembrada do Paraná e um na de Santa Catarina”. (MUSSOI, p.79).

Em Iguazu foi construído um hospital “Hospital Mirim” no local onde hoje está o banco Itaú, segundo D. Rita Geni de Paula Sathler, moradora em Laranjeiras do Sul. O hospital estava aparelhado como mesa para cirurgia como no “melhores hospitais do Rio e São Paulo” além de todo equipamento necessário e remédios para a população. Segundo D. Cleusa Stefanos, como não havia energia elétrica na região, foi trazido um gerador tocado a lenha e havia energia apenas das 18 horas às 23 horas.

No período de setembro a dezembro de 1946, período de existência do Território foram socorridas quase 1500 pessoas, sendo prestados serviços de consultas, curativos, injeções ambulatoriais e 110 internamentos. Os gastos com saúde chegavam a 50% do que gastava o governo do Paraná na época em todo Estado.

Nos demais municípios e vilas foram criados postos e sub-postos de saúde como o de Foz do Iguazu que “recebeu ferramentas cirúrgicas, um aparelho de Raios-X, uma lâmpada de raios infravermelho, um ótimo microscópio...”. Mas isso não era suficiente para acabar com a malária na região e o governo Trotta pretendia construir um hospital com capacidade para isolar os doentes e diminuir a incidência de casos em Foz do Iguazu e região. A obra teria um custo de “um milhão e oitocentos mil cruzeiros” e não chegou a ser construída. De acordo com relatórios:

“O número de médicos saltou de dois em 1943 para 11 em 1946, embora o Território tivesse aumentado de dois para 16 vagas no mesmo período. Vagas para enfermeiros não havia em 1943 tendo sido criadas nove durante o Governo Trotta e preenchidas seis. Em relação aos guardas sanitários o número de vagas saltou de três em 1943 para 45 em 1946 aumentando em 15 vezes”. (MUSSOI, p 81).

Houve, portanto, grande avanço na área da saúde e percebe-se a preocupação do governador, Major Frederico Trotta, com relação à saúde da população de toda a região que abrangia o Território Federal do Iguazu. Mas quando o Território foi desestruturado os médicos voltaram para suas cidades, segundo D. Rita Geni, moradora de Laranjeiras do Sul em entrevista, “ficou apenas o Dr. Nelson Roseira Gomes”.

Com o incentivo da “Marcha para o Oeste” à migração para o Território Federal do Iguaçu era intensa, principalmente por habitantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mas havia o problema da legalização das terras, mesmo na capital, a cidade de Iguaçu, ainda não havia sido solucionado o problema da legalização das terras da Fazenda Laranjeiras. O agrônomo Mário Pimentel de Camargo, Diretor da Divisão de Terras e Colonização fez um estudo histórico do processo de legalização dessas terras e constatou que os moradores da Fazenda Laranjeiras “havia requerido, perante o Juízo de Direito de Guarapuava em 1921, a demarcação e divisão, afirmando serem legítimos possuidores adquirentes em transmissão intervivos em 1853”, sendo, pois, anterior ao regimento de 1854, pelo qual não poderiam legitimar suas terras. Sendo assim, seriam os legítimos donos das terras da Fazenda Laranjeiras.

“Para comprovar seus direitos sobre as terras os condôminos anexaram ao requerimento “um talão de impostos de transmissão, passado pelo coletor da Freguesia de Castro, no Paraná, repartição arrecadadora, cuja ação abrangia a região”. (Ofício 19/03/36). A demarcação do perímetro ocorreu em 1923, realizando-se em seguida a audiência da divisão” (MUSSOI, p 89).

O governo do Paraná, já no ano de 1936 titulou a Prefeitura de Guarapuava uma área de 2.000 hectares para constituir “Patrimônio da Vila Laranjeiras”. Posteriormente, constatou-se por estudos técnicos e jurídicos que os moradores estavam ocupando terras além de suas divisas. O laudo reconheceu como “direito de posse a área de 6.000 alqueires”, pediu também uma revisão no documento que coibia o processo de legitimação, constatando que o talão de impostos pagos em 1853 era falso.

“Na seqüência o Governo do Estado, para evitar a “contínua transmissão de propriedade e sustar os executivos fiscais por impostos em atraso” determinou a Coletoria da Vila “não receber impostos territorial que recaísse sobre terrenos da Fazenda Laranjeiras, por ser de propriedade do Estado”. (MUSSOI, p 89 -90).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Estado Novo criado por Getulio Vargas não conseguiu se manter havendo, portanto, a redemocratização do país, e o Território Federal do Iguaçu sendo destituído.

De acordo com o Diário Oficial do Estado do Paraná de 26 de novembro de 1946, pelo art. 8º. das disposições transitórias, promulgado a 18 de setembro de 1946, foi extinto o Território do Iguazu e determinado o retorno da respectiva área aos estados de onde foi desmembrada.

1.1 REMINISCÊNCIAS: OS LARANJEIRENSES E A VISÃO DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA

Neste item apresentaremos o trabalho de intervenção crítica nas aulas de História do Colégio Estadual Professor Gildo Alúcio Schuck – Ensino Médio e Normal de Laranjeiras do Sul.

Pretendeu-se com esta intervenção efetivar a proposta de implementação do material didático (OAC) - Objeto de Aprendizagem Colaborativa - previamente elaborado ao longo das orientações ocorridas durante o primeiro ano do programa PDE, cujo objetivo é enfrentar e superar as dificuldades encontradas no ensino de História procurando a melhoria do Sistema Educacional.

Desenvolveu-se juntamente com os professores e alunos a produção didático-pedagógica buscando o envolvimento da Direção e Equipe Pedagógica. Para tal fim elaborou-se um cronograma de implementação da proposta.

1.2 O ESQUECIMENTO – O ocultamento da História na memória dos laranjeirenses

Durante o primeiro semestre do ano letivo de 2008 apresentou-se o tema em apreço e fez-se uma sondagem juntamente aos professores e alunos do colégio Estadual Professor Gildo Alúcio Schuck sobre a viabilidade da proposta. Ao se perguntar o que conheciam sobre o Território Federal do Iguazu. Qual a relação com o Estado do Paraná e o que significou a nível regional o fim do Território? Inúmeros alunos afirmaram desconhecer o assunto, pois o currículo escolar até então não contemplara esse conteúdo. Alguns rememoraram que esse Território fizera parte do Centro-Oeste do Paraná e que havia sido desmembrado do Estado tornando-se politicamente

independente, sendo Laranjeiras do Sul a capital. Outros destacaram que a cidade em tela fora projetada para ser uma capital, que cresceria e imaginavam muitas indústrias e amplo desenvolvimento. Ocorreram comentários do tipo “já ter ouvido falar do assunto”, mas não conheciam detalhes. Quanto à desestruturação e o fim do território, os poucos que conheciam alguns detalhes, cogitaram ter havido queda no nível de investimentos e infra-estrutura para o município, que poderia hoje ser um importante centro econômico regional. Quanto aos professores, poucos conheciam a História do Território Federal do Iguaçu com profundidade, a maioria já ouvira falar ou lera sobre o tema. Apenas um professor de História na escola conhecia amplamente a temática frente o Território Federal do Iguaçu, pois, desenvolvera uma pesquisa sobre o mesmo.

Trabalhou-se então o tema através de aula expositiva e leitura de textos². Propôs-se então a realização de pesquisa bibliográfica e atividades previamente elaboradas no material didático como a Prática Metodológica do Debate, cujo objetivo é desenvolver o senso crítico dos educandos e ampliar seus conhecimentos. Após levantar a problemática e contextualizar o assunto houve a divisão da turma em dois grupos, um grupo argumentou em defesa da criação do Território Federal do Iguaçu e o outro contestou, alegando motivos para a não instituição, devido grande perda territorial do Paraná e Santa Catarina. Após o debate foi pedido para os alunos elaborarem um texto com argumentos prós e contra a instituição do Território. Outra atividade proposta foi a realização da atividade denominada Documentário, cujo objetivo é desenvolver o gosto pela pesquisa, buscando a socialização do conhecimento e do uso de tecnologias como prática escolar. Pediu-se aos alunos que elaborassem um documentário sobre a memória social que ainda permanece como: construções, monumentos, arquitetura do período que foi instituído o Território na região, bem como a memória reavivada de indivíduos que foram partícipes desse processo e também as mudanças ocorridas no município por instituição da capital neste local.

Para a elaboração do documentário dividiu-se a turma em grupos de cinco alunos, procurando colocar em cada grupo, um ou dois alunos que dispunham de filmadora, máquina fotográfica, ou que soubessem trabalhar com scanner, etc., distribuiu-se sub

² “Laranjeiras do Sul, o povoado que foi Capital antes de ser Município” de Luiz Roberto Almeida cuja fonte: <http://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/imprensa> e “A Geopolítica e a Criação do Território Federal do Iguaçu” de Adilar Antonio Cigolini do jornal Gazeta do Povo.

temas como História e monumentos, saúde, educação, saneamento, desenvolvimento da agropecuária neste contexto.

Após pesquisas em arquivo público municipal, biblioteca, câmara de vereadores e excursões a vários locais do município, iniciaram-se as apresentações que duraram em média quinze minutos por grupo. O grupo de alunos que apresentou o tema História e monumentos fez um relato dos principais acontecimentos desde a instituição do Território Federal do Iguaçu, destacando contextos até a sua destituição. Apresentaram em seu documentário, o Palácio do Governador onde hoje é sede da Câmara Municipal de Vereadores, a réplica em tamanho menor do Cristo Redentor, doada à esposa do governador Trotta, a senhora Laudímia Trotta, bem como fotografias das casas construídas para os funcionários que vieram trabalhar na capital do Território, Iguaçu e da cidade de Laranjeiras do Sul.

O grupo que apresentou o tema saúde, destacou a vinda de grande número de agentes sanitaristas, enfermeiros e médicos, pois a região estava em completo abandono pelo poder público, destacaram também a construção de um hospital mostrando a fotografia em Power Point, construído no local onde hoje está edificado o Banco Itaú dessa cidade segundo relato da Senhora Rita Geni de Paula Sathler, moradora na cidade desde antes da instituição do Território. Destacaram também que esse hospital era tão bem equipado e com todos os recursos e tecnologias dos hospitais do Rio de Janeiro, e que tudo foi abandonado após a destituição do mesmo, ficando apenas um médico.

Sobre o tema Educação, os alunos destacaram a precariedade das escolas e a falta de professores habilitados em toda a região. Mostraram imagens das escolas da época e do local em que ficavam em regime de internato os alunos que vinham de toda a região, para cursar a escola Normal. Essa escola preparava professores e mostrou a possibilidade de desenvolvimento e crescimento intelectual dos indivíduos devido ao investimento no setor. Destacaram também a criação de outras escolas e bibliotecas em todo o Território, além de salários convidativos para os mestres.

Os alunos que apresentaram o trabalho sobre o desenvolvimento agropecuário na região, afirmaram que a região era muito pobre e tudo praticamente vinha de Ponta Grossa ou Curitiba, havia apenas criadores de suínos e poucas pessoas cultivavam a agricultura que geralmente era familiar e de subsistência. Por ocasião da instituição do

Território o Governador Frederico Trotta criou clubes agrícolas para melhoramento genético de sementes e distribuição gratuita para todos os agricultores assim como disponibilizou maquinários, visando melhorar a produção. Os alunos convidaram o Senhor João Martin, antigo morador de Laranjeiras do Sul para falar como era a região com relação à economia, agricultura e comércio. Durante a entrevista em sala de aula, o senhor João reafirma o atraso e abandono da região por parte do governo paranaense, bem como o crescimento ocorrido no período. Todos esses dados foram utilizados para compor uma visão panorâmica do possível potencial regional se houvesse a consolidação do Território em análise.

1.3. RESIGNIFICAÇÃO

Após o estudo sobre Território Federal do Iguaçu, constatou-se grande avanço na discussão e no conhecimento debatido em sala de aula, pois os alunos relataram aspectos sobre estruturação do Território, contextualizando o fato e justificando a atitude do presidente Getúlio Vargas, bem como, mostrando o progresso de Laranjeiras do Sul, ex Vila Xagu, que foi instituída como capital do Território, em todos os níveis, desde viação e obras, educação, saúde, implementação da agricultura. Mencionaram ainda a ocupação desse território por gaúchos e catarinenses, motivados pela “Marcha para o oeste”. Lembraram os monumentos que restaram por ocasião de Laranjeiras como capital, entre estes, o Palácio do Governo do Território onde é hoje a câmara dos vereadores, a casa do secretário-geral do Território que foi tombada há alguns anos como patrimônio histórico, bem como uma réplica em tamanho menor do Cristo Redentor, doada à esposa do governador Trotta, a senhora Laudímia Trotta.

Notadamente houve uma maior compreensão que a História regional do Território Federal do Iguaçu relaciona-se diretamente com a História do Paraná, pois o território desmembrado fazia parte do Estado do Paraná e de Santa Catarina e comentaram sobre a posição de políticos como Bento Munhoz da Rocha e Nereu Ramos, de que a criação do Território Federal do Iguaçu teria mutilado os Estados do Paraná e de Santa Catarina, aspectos que contribuíram para uma educação crítica do ensino de História.

Constatou-se a percepção dos mesmos de que o fim do Território Federal do Iguaçu contribuiu para o atraso econômico, social e cultural da região Oeste e Sudoeste do Paraná e principalmente de Laranjeiras do Sul, pois este município possuía como

capital, condições para se transformar em uma das mais importantes cidades paranaense, devido a sua localização geográfica, às margens da estrada Estratégica, hoje BR 277 que liga Foz do Iguaçu ao Porto de Paranaguá e principalmente devido aos recursos antes destinados à infra-estrutura local e regional. Percebeu-se também que muitos profissionais da área de saúde e educação voltaram para suas cidades de origem e a região ficou desestruturada e em total abandono político durante muitas décadas.

Finalizando este texto, há de se destacar os contatos que a autora desenvolveu durante a pesquisa contribuindo para seu próprio conhecimento, tanto quanto pesquisadora como educadora, auxiliando assim, em uma resignificação crítica da História Regional ensinada no município de Laranjeiras do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil. Belo Horizonte; Itatiaia, 1997.
- ALBERTI, Verena. História Oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990. pp 01-02
- AMORIM, M. O Pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa, 2001.
- BAKHTIN, M. Esthétique de la création verbale. Paris: Gallimard, 1984.
- BARROS, José D' Assunção. O Campo da História: especialidades e abordagens. 2ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BENVENISTE, E. Problèmes de linguistique générale. Paris: Gallimard, 1966.
- BERGMANN, Simone. Coordenadora do PDE e equipe pedagógica.
- CAMARGO, João Olivir. Nerje Laranjeiras do Sul “Raízes da Nossa terra” A história épica e contemporânea. Laranjeiras do Sul – Paraná. 1ª. Ed.1999.
- CERRI, Luis Fernando. Revista de História Regional. Vol.1 – Inverno 1996, Regionalismo e Ensino de História.
- CERRI, Luis Fernando. Revista de História Regional. Vol.2 – Inverno 1997, As Concepções de História e os cursos de Licenciatura.
- LAZIER, Hermógenes. Paraná: Terra de todas as Gentes e de muita História. Gráfit. Francisco Beltrão, 2003.
- LOPES, Sérgio. O Território do Iguaçu no Contexto da “Marcha para Oeste”. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- MANOEL, Marise. Assessora Técnica do Gabinete da Secretaria de Estado da Educação
- MATOS, Ilmar O tempo Saquarema: a formação do estado imperial. São Paulo:HUCITEC, 1990.

MUSSOI, Arno Bento. Administração Pública do Território Federal do Iguaçu, Curitiba, 2004.

SEED, Diretrizes curriculares de História para o Ensino Médio – Governo do Estado do Paraná. Superintendência da Educação. Julho de 2006.

STECA, Lucinéia Cunha, FLORES, Mariléia Dias. História do Paraná: Do século XVI à década de 1950. Londrina: Ed. UEL, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, roceiros e rebeldes, EDUSC, 2001.

THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

VEYNE, Paul. Como se Escreve a História. : Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora da UNB, 1982.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. Paraná Sudoeste: Ocupação e Colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.